

A GRAMÁTICA E SUA DIVERSIDADE

Cristiane Helena Parré Gonçalves
Universidade Federal da Grande Dourados

RESUMO:

O presente trabalho tem a intenção de fazer uma reflexão sobre as gramáticas normativas brasileiras do século XIX aos dias atuais. Partimos desse período, uma vez que foi muito frutífero o número de gramáticas que surgiram nessa época. Gramáticas essas que procuravam analisar o uso lingüístico em contraponto com as gramáticas tradicionais. Assim, fizemos um estudo comparativo entre algumas gramáticas, verificando a posição de cada gramático, e a diversidade lingüística nos dias atuais.

Palavras-chave: gramática – unidade – diversidade.

ABSTRACT:

The present work is a reflection on the Brazilian normative grammars of the XIX century to the present days. This period is relevant for our investigation since during this time a large number of grammars were launched in Brazil. These grammars were meant for the analysis of language use as opposed to traditional grammars. Thus, a comparative study was developed that looks at some grammars in order to investigate the grammarian positions, and the linguistic diversity found nowadays.

Keywords: grammar - unit – diversity.

Tratar das gramáticas do Português no Brasil como se fossem iguais e classificá-las como tradicionais implica em perder a riqueza destas obras, uma vez que, tanto forças conservadoras quanto às inovadoras se apresentam concomitantemente. Isso ocorre porque a língua se vê obrigada a seguir sua trajetória de acordo com as leis determinadas pelo sistema, seguindo, assim, o destino dos que falam, pois são os indivíduos que a empregam em uma sociedade.

Ao falarmos em língua devemos ter em mente que estamos falando de um sistema lingüístico representativo que cada sociedade possui, apresentando uma estreita relação com o usuário e com o contexto social, já que toda a estrutura lingüística integra uma realidade sociocultural. Nesse sentido, podemos dizer que a linguagem humana é um fato eminentemente social e que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam.

Essa visão nos mostra que o homem procura, por meio da linguagem,

representar o mundo em torno de si. Dessa maneira, podemos dizer que a língua, ou a gramática de uma língua acaba refletindo o pensamento humano, pois a linguagem é uma criação do homem na base dos seus pensamentos, e, é no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural que ocorre o processo de interação. Benveniste (1989, p. 63) argumenta que:

A linguagem é para o homem um meio, uma verdade, o único meio de atingir outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem.

Sob esse olhar, podemos dizer que a linguagem é o instrumento mais eficiente da ação e interação da sociedade dispõe, pois é por meio dela que o homem se constitui como sujeito, uma vez que ao integrar-se a um meio social, ele passa a agir e interagir com os demais elementos de seu universo. Isso lhe garante a sobrevivência física e social, possibilitando, assim, dominar o espaço que o cerca.

Dessa forma, como o homem reflete a sociedade em que vive, partimos do pressuposto de que pode haver diversidade no que é aparente unidade. Assim, esse artigo visa refletir as possíveis diversidades existentes nas gramáticas do Português no Brasil, uma vez que a constituição do povo brasileiro ocorre de modo heterogêneo. Para desenvolvimento de tal trabalho buscaremos fazer um estudo histórico das gramáticas portuguesas.

Nesse sentido vemos que a língua apresenta um caráter histórico, social e político e, o uso e as mudanças que ocorrem não aparecem aleatoriamente, como fruto do acaso, ou da ignorância, mas apresentam marcas que refletem a estrutura social em suas particularidades e suas variações.

Assim, por mais sistemática que seja, a língua acaba servindo de manobra para seus usuários, uma vez que o homem utiliza-a a fim de suprir seus próprios interesses; por isso, muitas vezes ela é usada como meio de persuasão e de sugestão, pois não existe senão no falar dos indivíduos, e o falar é sempre falar uma língua sistematizada.

Como a língua não é uma realidade estagnada, mas apresenta uma configuração estrutural que se altera continuamente no tempo, falar em gramática, no Brasil, é falar em uma diversidade lingüística gramatical que põe necessariamente em contra-face a questão da unidade. Faraco (2005, p. 14) argumenta que *as línguas estão em movimento, mas nunca perdem seu caráter sistêmico e nunca deixam os falantes na mão, ou seja, as línguas mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados.*

Assim, ao abordarmos a unidade gramatical na diversidade lingüística faz-se necessário remetermos a colonização no Brasil em relação a Portugal para podermos falar na língua no e do Brasil.

Nesse sentido, faremos um breve histórico para situarmos a questão da diversidade lingüística nas gramáticas de língua portuguesa.

O Brasil até o século XVIII falava uma língua geral de base tupi em todo o território nacional. A língua portuguesa era somente utilizada por poucos, ou seja, somente a elite, isto é, a classe dominante tinha acesso à escola e a língua portuguesa.

Assim, a língua portuguesa passou muito tempo em contato com outras línguas, principalmente em contato com línguas indígenas e africanas, o que engrandeceu a língua portuguesa em uso no Brasil. É somente com a reforma do Marquês de Pombal em 1759 que ela passa a ser oficializada no Brasil, exigindo, dessa forma, que os documentos oficiais e o ensino fossem feitos em português.

Isso ocorreu porque o processo de colonização e evangelização dos séculos XVI e XVII utilizou-se das línguas indígenas brasileiras a fim de catequizar os povos que aqui habitavam. Mattos e Silva (2004, p.14) explica que nessa época o processo colonizador e evangelizador *construiu um tupi jesuítico, a língua geral da costa, de base tupi, chegou a ser um risco para a hegemonia do português no Brasil juntamente com outras línguas gerais indígenas que foram veículos de intercomunicação entre brancos, negros e índios*. Nesse contexto, essa língua geral acabou pondo em risco a hegemonia do português no Brasil, uma vez que a mesma tornou-se veículo de intercomunicação entre brancos, negros e índios, não só no litoral brasileiro, mas também nas entradas paulistas.

Embora a língua geral fosse falada em boa parte do país, o que se via, nesse período, era uma literatura voltada para a língua portuguesa, centrada nos moldes jesuíticos, realizada em território brasileiro, problematizada aos olhos de outros europeus. Isso ocorreu porque os missionários jesuíticos, com a intenção de catequizar os gentios, *disciplinaram línguas que recobriam várias línguas indígenas, afins genealogicamente falando* (HOUAISS, 1992, p. 54). Além disso, procuraram fixar uma gramática da língua que mais se falava na costa do Brasil e, nesse sentido Houaiss (1992, p. 54) explica:

Essa codificação preceptiva – que devia corresponder às possibilidades pragmáticas de intercomunicação com e entre indígenas desse tronco comum – teve bom sucesso nos tempos seguintes, erigindo-se, aos poucos, na língua mais geral do Brasil – entenda-se, do Brasil que então se articulava como uma unidade sócio-política que tinha necessidade de uma intercomunicação oral regular -, sobrepondo-se a todas as línguas indígenas locais desse mesmo tronco, e, consolidando-se, a todos os eventuais falares africanos acaso praticados no Brasil antes do século XIX ou mesmo no curso do século XIX em certos locais residuais. Como língua falada, o próprio português tinha caráter de escolaridade nos centros urbanos.

Nesse contexto, a língua portuguesa ia criando raízes, pois foi se fazendo dominante e comum, tentando criar um monolíngüismo em choque com outras línguas existentes. O predomínio do português aos poucos foi se arraigando, de modo que passou a ser a língua falada de indivíduos e grupos de outras etnias, de tal maneira que já pelo início do século XIX seu destino como língua nacional do Brasil estava consolidado.

Sob esse olhar Houaiss (1992, p. 98) argumenta que o português brasileiro nasce com uma diversidade lingüística e, Mattos e Silva (2004, p. 21) vai além: “vive e convive com ela, tanto regionalmente como socialmente.”

Dessa forma, para falar em gramática normativa faz-se necessário retornarmos as gramáticas escritas no século XIX tendo a intenção de fixar a norma portuguesa nos modelos lusitanos, em contrapartida com a língua da maioria dos falantes do país.

Assim, ao estudar a língua portuguesa, ou melhor a gramática da língua portuguesa no Brasil temos que enfatizar duas correntes lingüísticas que ocorreram no século XIX: a linha purista representada pela língua culta, escrita, tendo como modelo os moldes portugueses e, a dos nacionalistas, inspirados pelo movimento romântico que procurava marcar a língua oral, valorizando o que aqui se falava, livrando-se assim, das amarras que os prendiam ao reino português.

Nesse sentido, podemos ver que discussões acirradas em defesa de uma língua nacional tornam-se cada vez maiores, como é o caso de Ribeiro (1993 apud TARALLO, 1994, p. 87) que argumenta:

Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras. (...)

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos.

A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar idéias e sentimentos que nos são pessoais.

Falar diferente não é falar errado. (...)

Na linguagem como na natureza, não há igualdades absolutas; não há, pois expressões diferentes que não correspondam também a idéias ou a sentimentos diferentes.

Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidades artificiosas e enganadoras. (...)

Não podemos, sem mentira e sem mutilação perniciosa, sacrificar a consciência das nossas próprias expressões.

Corrigi-las pode ser um abuso que afere e comprometa a sensibilidade imante a todas elas.

Os nossos métodos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita.

Essa visão procurava privilegiar a língua em uso, retratando os modos e costumes que a sociedade abrangia, buscando legitimar as inovações lingüísticas nacionais.

Já a visão purista, procurava preservar os modelos lusitanos. Por purismo entendemos a preocupação excessiva de observar as regras gramaticais de uma língua, obedecendo principalmente, a norma prescritiva, na qual procurava conservar a língua nos padrões portugueses. Nesse intuito, houve uma repressão lingüística e cultural excessiva, no Brasil, pois não devemos esquecer que a República foi feita por militares e políticos que vinham do Império e, nele, ocuparam postos de mando, homens que eram particularmente tradicionais, pois conservavam o espírito de ordem e estado das comunidades.

Embora o conflito de idéias e debates tenha sido acirrado em torno da língua em uso no Brasil, o purismo lingüístico prevaleceu, sufocando uma verdadeira língua nacional.

No entanto, a insistência de se grafar as mudanças ocorridas no sistema lingüístico no século XIX, e a Fundação da Academia de Letras (GUIMARÃES E ORLANDI 1996, p. 129) tendo a finalidade de cuidar da cultura e da literatura nacional, possibilita a composição de várias gramáticas nesse período.

Assim, uma das gramáticas que nos chamou a atenção foi a de Júlio Ribeiro, escrita em 1881 que tinha a intenção de se aproximar do uso lingüístico. No prefácio de sua obra, argumenta que as gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições de usos da língua e propõe afastar-se desse caminho para expor com clareza o vernáculo. Dessa forma, Júlio Ribeiro ([1881] 1990, p. 01) argumenta que;

A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever corretamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se póde negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compêndios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o único meio que têm de corrigir-se os que na puerícia aprenderam mal a sua língua.

Vemos assim, que para Júlio Ribeiro, a gramática servia como suporte para sanar e corrigir dúvidas que muitos brasileiros tinham da língua, mas que não era necessária saber uma gramática para poder falar e, sob esse prisma, procura afastar-se da influência direta de Portugal.

Já Ernesto Carneiro Ribeiro (1915, p. VII) no seu prólogo da primeira edição argumenta que o estudo da gramática não acompanha as observações sobre a história da língua em sua evolução progressiva, como um organismo vivo, que não se pode retirar as leis a que o sujeito vive, pois ela é incompleta e repelida para os estudos abstratos e metafísicos, em nada dinâmica, mas imprimindo e gravando os trabalhos científicos que atravessa pelos séculos. Propõe, dessa forma, uma gramática positivista partindo do concreto e do real. Essa visão vinha de encontro com as idéias européias que entendiam a língua como um organismo vivo, que nasce, cresce, evolui, envelhece e morre, de acordo com as teses revolucionárias, na época, oriundas da biologia. Assim, muitos doutores que se sentiam donos da língua, viam a necessidade de preservá-la de fatores e influências que poderiam deturpar e fazê-la perecer, como os puristas acreditavam. Um exemplo disso é o nosso gramático Ernesto Carneiro Ribeiro e Rui Barbosa, que tinham como ponto de referência as idéias do alemão Schleicher.

Esse olhar determinava que o léxico e as estruturas morfossintáticas aceitas fossem as tradicionais, que eram utilizadas pelos grandes escritores. As exceções ficavam com algumas regras que poderiam ser avaliadas por uma pesquisa histórico-etimológica.

Dessa forma, mesmo sabendo que a língua não poderia ficar estagnada, presa ao passado, a luta pelo bom uso do idioma, por escritores renomados, contribuiria para manter a língua livre das variantes lingüísticas, tentando apresentar um português homogêneo, sem corrupção e deterioração, daí a preocupação de moldar os usos lingüísticos aos melhores escritores, ou seja, aos clássicos, deixando para trás a língua do povo.

Foi nesse clima de preservação que muitos gramáticos sustentavam e ainda hoje sustentam uma unidade lingüística, como podemos ver.

Napoleão Mendes de Almeida (s/d, p.11) em seu prefácio apresenta sua

gramática como um fato lingüístico que necessita de explicação, justificativa, exemplos e argüição, pois a regra gramatical expõe-se. Nesse sentido o gramático vê que é de suma importância o indivíduo saber analisar a gramática, *pois quando se diz que um indivíduo não sabe analisar os termos essenciais da oração, deve-se entender que ele não sabe nada, absolutamente nada, de gramática.*

Será mesmo que podemos afirmar o que Napoleão Mendes de Almeida argumenta em sua Gramática Metódica da Língua Portuguesa? Será que não saber explicar os termos essenciais da oração significa não saber nada de gramática? Como dizer que o indivíduo **não sabe** gramática se ele comunica e sistematiza sua idéia? Vemos hoje em dia que há tempo muitos não sabem as regras gramaticais mais utilizam-na, então não podemos ser categóricos ao afirmar que não sabemos a gramática, pois todos falam uma língua e a falam sistematizada. O que podemos dizer é o indivíduo utiliza as regras gramaticais sem se dar conta de seu uso, pois ao falar ele atualiza a língua, usando as estruturas lingüísticas que esta apresenta.

Assim, vemos que Napoleão defende uma gramática aos modelos tradicionais, longe da diversidade lingüística que o Brasil apresenta.

Um outro gramático que tenta avançar seu ponto de vista gramatical é Rocha Lima, que procura perpassar as idéias da lingüística moderna. No entanto, vemos em seu prefácio que é um profundo exegeta da linguagem clássica, *privilegiando uma gramática sem erro ou fastio, que lbe desse as normas cultas do bem escrever e do bem falar* Rocha Lima (1980, p. XVI - XVII)

Essa visão tem origem nos estudos do Certo e Errado, que nos remete aos antigos filósofos gregos que privilegiavam somente uma gramática de regras, tendo como base o que a sociedade considerava como os melhores escritores, tanto poetas como prosadores.

Já Celso Cunha (1985, p. XIII) explica em seu prefácio que sentiu a necessidade de descrever o português contemporâneo, levando em consideração concomitantemente as diversas formas vigentes dentro de um vasto domínio geográfico, além de servir como fonte de informação. O gramático procura assim, atualizar sua obra com a finalidade de orientar uma expressão oral, sobretudo da escrita que, *para o presente momento da evolução da língua, se pudesse considerar “correta”* Cunha (1985, p. XIII) de acordo com o conceito de correção adotado pelo autor.

Embora a gramática normativa visa a unificar a língua no país, o que vemos hoje no Brasil é uma heterogeneidade lingüística muito grande e que não pode passar despercebida, uma vez que a língua se apresenta estreitamente relacionada ao que a sociedade pensa e faz, pois é por meio dela que ocorre a comunicação de idéias, de pensamentos e a interação social.

Tarallo, em seus estudos, verificou que já no século XIX o português brasileiro apresentava características diferenciadas do português europeu, abrindo caminho para uma nova gramática da língua brasileira e aponta quatro distinções. De acordo com (TARALLO apud Mattos e Silva, 1995, p. 76):

- O rearranjo do sistema pronominal, abrindo caminho para os objetos nulos por um lado, e mais freqüentemente ocorrendo sujeitos lexicais no sistema brasileiro;

- A mudança sintática sofrida pelas estratégias de relativização como uma consequência direta da mudança no sistema pronominal;
- A reorganização dos padrões de ordem básica, para uma só ordem, diretamente ligada à ordem estrita SVO e o estreitamento do princípio de adjacência na marcação do caso acusativo;
- Uma quarta mudança, diretamente relacionada às três anteriores, como peça final de evidência de que os dois sistemas: português brasileiro e português europeu estão divergindo: a ordem das interrogativas diretas.

Essa “grammar”, como diz Tarallo, já aponta para uma nova gramática da língua portuguesa que está aí, em nosso dia a dia, pois o português brasileiro resulta da alteração do português europeu, distanciando do português de Portugal.

Nesse sentido, Lucchesi (1994, p. 27) argumenta que o português brasileiro além de ser heterogêneo e variável é também plural e polarizado, pois apresenta uma norma culta e outra vernácula. Assim defende uma variação e uma norma que caracteriza uma sociolinguística do português do Brasil:

Apesar de conceber o português do Brasil como um sistema heterogêneo e variável, defendo que ele não pode ser analisado como um sistema unitário, mas como um sistema plural, mais precisamente um diassistema, constituído por pelo menos dois subsistemas, também eles heterogêneos e variáveis, que defini aqui como normas. O resgate do conceito de norma que aqui se faz no quadro da teoria sociolinguística – isto é, em termos qualitativos distintos do escopo estruturalista, do qual este conceito provém – justifica-se, na medida em que, numa mesma comunidade de fala, definem-se sistemas de valores e padrões de uso linguísticos distintos, ou mesmo antagônicos.

Essa visão de um sistema heterogêneo pode ser vista da seguinte forma: de um lado temos uma classe privilegiada, que são os mais escolarizados que utilizam a norma culta, ou seja, aqueles que procuram se aproximar de uma norma padrão, próxima a gramática normativa; por outro lado, temos uma classe menos privilegiada, que utiliza uma norma vernácula, procurando aproximar de uma norma culta, mas apresenta traços distantes do modelo padrão. O encontro dessas duas normas apresenta diferenças que ficam evidentes quanto ao uso e ao sistema de valores implícitos.

Mattos e Silva (1995, p 86), em seus estudos sobre as Contradições no Ensino de Português no Brasil, apresenta que os falantes da classe alta tende a usar uma gramática apontada por Tarallo, ou seja, se o falante da classe alta, que é escolarizado utiliza essa gramática, como será o uso da língua em uma classe menos favorecida?

A verdade é que vemos um distanciamento cada vez maior da gramática normativa em relação à gramática internalizada. Por gramática internalizada entendemos como um conjunto de regras que é dominado pelos falantes e que lhes permite o uso normal da língua.

Nesse sentido é interessante ressaltar que, em toda comunidade linguística, podemos perceber sempre a existência de um tipo de norma que tem maior prestígio do que outras. Conseqüentemente, acaba transformando em norma padrão. Assim, observamos que um grupo social fluente, de prestígio, pode contribuir para a transformação de normas nas diferentes esferas sociais, podendo atuar sobre o estado

de língua. Dessa forma, verificamos que as pessoas que detêm o poder ou gozam de um grande prestígio em uma sociedade influenciam os hábitos e os costumes de todos os componentes do grupo, inclusive os costumes lingüísticos.

Isso pode ser comprovado pelos grandes escritores que exerceram um fator decisivo na constituição da língua escrita, pois *a presença contínua e duradoura da tradição literária portuguesa no Brasil e a rigidez da língua escrita padrão têm mantido os dois dialetos muito próximos por todos esses séculos* (Tarallo, 1996, p. 61).

Nesse sentido, vale dizer que, embora a gramática normativa procure unificar a língua, uma vez que a mesma é trabalhada em nossas escolas, o que vemos é um distanciamento cada vez maior das gramáticas faladas, justamente pela diversidade lingüística e cultural que o povo brasileiro apresenta. Ao falarmos em diversidade lingüística, devemos levar em consideração as variantes lingüísticas que cada grupo social apresenta como: a questão da idade, sexo, grupo social, etc., além das variantes regionais.

Percebemos dessa forma, que a língua é, incontestavelmente, um fato social, concretizado em uma modalidade peculiar de cada comunidade ver e representar o mundo, pois o seu caráter social favorece a veiculação de idéias e de experiências e a interação entre os elementos que a constituem em uma sociedade. Desse modo, a língua acaba funcionando como um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade que ele atua.

Sendo assim, vemos que a língua se apresenta estreitamente relacionada ao que a sociedade pensa e faz, pois é por meio dela que ocorre a comunicação de idéias, pensamentos e a interação social. Por outro lado, a língua, ao fazer parte de uma instituição social torna-se o veículo de difusão da cultura e da ideologia de um povo, uma vez que reflete as especificidades típicas de cada momento histórico, como o modo de pensar e as expectativas de uma comunidade, num dado espaço geográfico.

Ao se constituir como um elo de ligação entre sociedade e cultura, a língua torna-se, na prática, interdependente entre si, pois é nesse universo que o homem passa a agir e a interagir com os demais elementos que o cercam. Dessa forma, cada língua passa a expressar tanto no léxico como na gramática uma classificação dos dados da realidade que é própria dessa língua e da cultura com a qual ela interage.

Sob esse olhar, vemos que em todo grupo social há sempre a predominância de certos padrões de referência norteadores no modo de agir dos indivíduos no âmbito de uma comunidade como um todo. Como a língua está sujeita a variações e a mudanças, esses padrões comportamentais atuam em dois eixos opostos: um que procura uniformizar, unificando na medida do possível a norma padrão, ou uma modalidade normativa no sentido de reunir comportamentos diversos, e outro que favorece a existência de focos de diferenciação dos grupos entre si, transgredindo a norma em defesa da criatividade e da liberdade individual, propiciando nesse sentido, uma tendência à diversificação.

Embora a norma procure funcionar como força niveladora, nada deterá a mudança lingüística, pois a língua, como todos os outros fenômenos sociais, possui um caráter dinâmico. Isso possibilita a existência de vários tipos de normas em uma mesma

comunidade lingüística, como é o caso do Brasil que apresenta um pluralismo étnico e cultural em suas mais diversas relações de raças e culturas que se processam e se processaram no cenário brasileiro. Essas diversas relações existentes entre regiões e áreas geográficas do país são responsáveis pelas diferenças e, conseqüentemente, pelos diversos falares brasileiros.

Sob esse prisma, vemos que há uma grande heterogeneidade do português brasileiro que contribui para uma diversidade lingüística, possibilitando assim, adequar as diferentes normas dentro do sistema lingüístico do português brasileiro. Houaiss (1992, p.16) explica que:

O nosso vernáculo comum é uma unidade que convive com rica diversidade de unidades menores, todas – no uso brasileiro – entre si intercomunicantes, quando seus usuários generalizam, em lugar de particularizarem suas falas como o gaúcho, por exemplo, o nordestino, o nortista, o alagoano, etc. Sob esse particular aspecto, há uma realidade ricamente diferenciada dentro de nossa unidade vernácula.

É nesse sentido que percebemos que não há um quadro lingüístico homogêneo, uma vez que a pluralidade cultural contribui para um caráter heterogêneo, pois a composição da sociedade brasileira e as conseqüências lingüísticas de um contato heterogêneo são aspectos que devem ser considerados. Desse modo, Kato (1996, p.19) argumenta que o português brasileiro está passando por uma reorganização interna coerente, ou seja, uma mudança radical na língua. Nesse contexto, encontra-se:

O empobrecimento de sua morfologia lexical, o uso extensivo das categorias vazias cuja identificação não pode ser feita através da flexão; a falta de mobilidade, ou de movimentos longos, de elementos, distintos, como verbos, pronomes interrogativos e clíticos. Por outro lado, mesmo quando a morfologia é capaz de identificar um pronome nulo, é o pronome lexical que se manifesta. O sujeito, seja como categoria que concorda com o verbo, seja como tópico, pede realização fonológica.

Apesar dessa mudança ser significativa no português atual, provocando uma aparente desgramaticalização, vemos que esse fato não prejudica o falante, podendo interagir sem nenhum problema.

Ao falarmos em diversidade lingüística não há como negar que os fatores externos, como foi o caso da colonização portuguesa no Brasil, contribuíram e muito para uma preservação gramatical, mas por outro lado, os fatores internos da língua possibilitaram a formação de um novo sistema, levando em consideração uma língua coloquial.

Portanto, ao levarmos em consideração não somente a língua escrita, mas a língua coloquial podemos dizer que hoje muitos estudos gramaticais da língua brasileira estão centrados em uma lingüística que possibilita uma descrição coerente, de forma adequada, todos os aspectos da língua, seu uso, variação, aquisição, etc.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. 4ª.ed., Saraiva. São Paulo: 1950.
- BENVENISTE, Émile. Problemas de Lingüística Geral. 4ª. ed., Pontes. Campinas: 1995.
- CUNHA, Celso e CINTRA Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 2ª ed., Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro: 1985.
- FARACO, Carlos Alberto. Lingüística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas. Parábola. São Paulo: 2005.
- GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli. Língua e Cidadania: o português no Brasil. Pontes. São Paulo: 1996.
- HOUAISS, Antônio. O Português no Brasil. 3ª. ed., Revan. Rio de Janeiro: 1992.
- LIMA, Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 21ª. ed. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro: 1980.
- LUCCHESI, Dante. Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da lingüística moderna. Parábola Editorial. São Paulo: 2004.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Contradições no Ensino de Português. Contexto. Salvado, BA: 1995.
- PERINI, Mário A. Gramática descritiva do português. 4ª. ed., Ática. São Paulo: 2001.
- RIBEIRO, Júlio. Grammatica Portugueza. 6ª. ed. Typographia da C. Industrial de São Paulo. São Paulo: 1900.
- RIBEIRO, Dr. Ernesto Carneiro. Serôs Grammaticaes. Livraria Catilina. Bahia: 1915.
- TARALLO, Fernando. Tempos Lingüísticos Itinerário histórico da língua portuguesa. 2ª. ed. Ática. São Paulo: 1994.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º. graus. Cortez. São Paulo: 1996.